

Notícias do dia 05 de abril



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Promotor Jales Guedes é eleito presidente do Instituto Histórico - CAFÉ DA MANHÃ

ULISSES AESSE

O Instituto Histórico e Geográfico de **Goiás** (IHGG) tem um novo comando. Doutor em História pela UFG, o escritor e promotor de Justiça, Jales Guedes Coelho Mendonça (foto), é o novo presidente da entidade. Jales foi chefe de gabinete do então procurador-geral de Justiça de **Goiás**, Benedito Torres. Como escritor, Guedes é autor de vários livros, entre eles, "A Invenção de **Goiânia**: O Outro lado da Mudança" e "A Assembléia Constituinte Goiana e o Mudancismo Continuado". Na segunda primeira vice-presidência foi eleito o escritor Hélio Moreira. Os historiadores Nars Chaul, Wolmir Amado, Martiniano J. da Silva, Hélio Rocha, desembargador Ney Teles e Itami Campos, além de outros, compõem o Conselho Consultivo. Já o desembargador Rogério Arédio Ferreira foi eleito para o cargo de secretário-geral; Aidenor Aires, primeiro secretário e o desembargador Itaney Campos, o segundo secretário. O escritor Geraldo Coelho Vaz é o tesoureiro da entidade e na primeira tesouraria foi eleito o escritor Bariani Ortêncio. O escritor e ex-presidente do **TCE**, Eurico Barbosa, permanece como suplente do Conselho Fiscal, além de Ubirajara Galli e Maria Narcisa de Abreu.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20210405>

Presidente da Alego é favorável à PEC para extinguir o TCM em Goiás

Denys de Freitas

O presidente da **Assembleia Legislativa de Goiás (Alego)**, Lissauer Vieira (PSB), afirmou em entrevista à Sagres, que vota a favor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que extingue o Tribunal de Contas do Município (TCM), caso o deputado Henrique Arantes (MDB) consiga as assinaturas necessárias para que o projeto vá para a votação. Hoje, o deputado precisa conseguir, no mínimo, 14 assinatura para que a proposta vá seja votada.

Ouçã a entrevista completa:

"Os estados, a grande maioria já extinguiu os tribunais de contas dos municípios. Então, isso mostra que é uma tendência a nível nacional, deixando a cargo das câmaras municipais as análises desses julgamentos, destas contas e, também, para o **Tribunal de Contas do Estado**, assim que forem pertinentes", declarou.

Lissauer defendeu o direito dos parlamentares apresentarem esse tipo de projeto, desde que peguem as assinaturas necessárias para a PEC. "É uma matéria de iniciativa parlamentar. Nós temos 41 parlamentares que são representantes da população", afirmou o presidente da **Alego**, que ainda contou que não viu a PEC e não sabe se a mesma está pronta ou não.

Questionado se na verdade a proposta poderia ser uma maneira de negociar um cargo no Tribunal, em função de negociações, Lissauer rejeitou a ideia e afirmou que não houve nenhuma negociação e que, só hoje (5), receberá conselheiros do TCM, mas isso porque ele, como presidente, precisa dialogar com todos. "Eu não posso falar pelos 41 deputados, eu falo por mim. O meu voto, a minha assinatura, o deputado Henrique Arantes tem. Isso eu já falei para ele, que ele tem o meu aval e a minha assinatura".

Reabertura da Assembleia

A **Alego** retoma as atividades nesta terça-feira (6) e segundo o presidente da Assembleia, são várias pautas, sendo a maioria em relação à pandemia e ao orçamento. Além disso, há algumas matérias "menos polêmicas" enviadas pelo Governo do Estado. Porém, o destaque, segundo Lissauer, fica por conta das novas regras para o funcionamento da Casa e não para as matérias.

"Nós vamos trabalhar, agora, de forma 100% remota, mas retornando em sessões ordinárias, o que significa que teremos uma estrutura pequena, presencialmente, na Assembleia, onde fica o presidente, o primeiro-secretário e mais alguns parlamentares".

Os gabinetes dos deputados também devem permanecer fechados ou funcionarem apenas para atendimentos internos, ou seja, sem que ninguém seja recebido. "Estamos pedindo aos parlamentares que não atendam pessoas de fora. A Assembleia Legislativa recebe pessoas de todas as regiões do estado, então o que nós queremos evitar, neste momento, é a vinda das pessoas do interior para poder visitar a Assembleia e os gabinetes dos deputados".

A portaria, com o trabalho remoto, tem duração de mais uma semana. Mas, dependendo da situação da pandemia em Goiás, ela poderá ser prolongada.

MDB e a prefeitura de Goiânia

Nesta segunda-feira (5), 14 secretários pediram demissão coletiva da prefeitura de Goiânia, somando a outros sete que já haviam sido exonerados anteriormente pelo prefeito de Goiânia, Rogério Cruz. Sobre o tema, Lissauer afirmou que o MDB é um partido de muita força, cobiçado para qualquer tipo de aliança e que

ninguém excluiria o MDB de uma conversa para 2022.

"Eu não conversei isso com o governador Ronaldo Caiado, mas imagino que ele tem sim toda disposição do mundo em poder conversar com Daniel [Vilela], que também, dentro da sua estrutura política e do que está pensando para 2022, com certeza poderá compor a base para o governo do Estado".

O presidente da Assembleia disse ainda que o MDB tem muito a acrescentar a administração municipal, pois foi o partido que formatou o plano de governo. Lissauer considera o rompimento, com menos de 90 dias após a morte de Maguito Vilela, muito precoce. "Isso nos preocupa, não só com relação ao futuro político, mas também em relação à gestão do município de Goiânia".

Site: <https://sagresonline.com.br/presidente-da-alego-e-favoravel-a-pec-para-extinguir-o-tcm-em-goias/>

MPF compartilha Nota Técnica sobre assistência integral a pacientes de Covid-19

Documento é assinado por quatro especialistas da área da saúde e baseia-se em evidências científicas que possibilitam a indicação de terapia farmacológica segura e eficaz para o novo coronavírus

Publicado por: Rosano Almeida

O Ministério Público Federal (MPF) em Goiás compartilhou, nesta terça-feira (2), a Nota Técnica nº 1/2021 (NT) intitulada "As evidências científicas acerca do atendimento integral das pessoas acometidas com a Covid-19: o estado da arte atual, com ênfase no tratamento na fase inicial (replicação viral) da doença". O documento foi encaminhado a diversos órgãos e instituições que têm alguma responsabilidade no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus.

A NT é assinada pelos médicos infectologistas Ricardo Ariel Zimerman e Francisco Eduardo Cardoso Alves; pela biomédica Rute Alves Pereira e Costa; e pelo psicólogo Bruno Campello de Souza. O documento, de 117 páginas, baseia-se em evidências científicas que possibilitam a indicação de terapia farmacológica segura e eficaz para a Covid-19, com vistas à rápida redução da carga viral e dos marcadores inflamatórios, o que é, segundo a nota, o principal objetivo do tratamento inicial. De acordo com os especialistas, tais medidas reduzem a duração de sintomas, dias de internação e mortalidade.

De acordo com o procurador da República Ailton Benedito, que solicitou o estudo para embasar procedimento administrativo em curso no MPF em Goiás, a necessidade de atualização e adequação das medidas de enfrentamento à doença é primordial. Em reuniões institucionais realizadas recentemente com diversas autoridades do Estado de Goiás, o procurador chamou a atenção para o fato de que o estabelecimento de medidas farmacológicas e não farmacológicas no tratamento da doença devem passar por processos sistemáticos de revisão e atualização para que se adaptem à própria evolução da pandemia.

Benedito voltou a destacar que não existe conflito entre tratamento inicial, intermediário ou retardatário. Para ele, o ideal é que o paciente receba dos serviços de saúde, públicos ou privados, em qualquer estágio da doença, o tratamento adequado de acordo com o "estado atual da arte", isto é, conforme o conhecimento médico-científico, atualizado sistematicamente, sobre o vírus, as doenças que ele causa e as possibilidades terapêuticas.

Para os especialistas que assinam a NT, devido à emergência imposta pela atual pandemia - e considerando a demora para as publicações em periódicos "revisados por pares" -, decidiu-se, da mesma forma que as grandes revistas científicas o fazem, incluir no documento encaminhado ao MPF em Goiás as evidências oriundas dos estudos em preprint para realizar recomendações terapêuticas em caráter emergencial. Esses estudos tendem a agilizar a disseminação rápida de dados atuais de pesquisa e podem ser de grande valia em uma pandemia como a que enfrentamos. "Do ponto de vista ético, cabe ressaltar que o emprego de medicações já aprovadas para uso em outras indicações (redirecionamento) é particularmente útil durante a situação atual, pois, além de estes fármacos serem prontamente disponíveis, as décadas de uso clínico comprovadamente seguro fazem com que se atenda ao preceito básico de 'primeiramente não causar o mal'", explicam os profissionais.

A NT traz, inclusive, estudos feitos no Brasil e no mundo sobre a dinâmica de protocolos de tratamento inicial da doença por meio de recursos farmacológicos já conhecidos pela sua eficácia no tratamento de outras enfermidades e que podem contribuir, se usados adequadamente, no combate aos sintomas iniciais da Covid-19. O estudo foi encaminhado pelo MPF em Goiás aos seguintes órgãos e instituições: Conselho Nacional do Ministério Público, Defensoria Pública da União em Goiás, **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, Ministério Público de Contas do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, Ministério Público do Estado de Goiás, Ministério Público do Trabalho em Goiás,

Justiça Federal em Goiás , Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região , Governo do Estado de Goiás e a 117 Municípios sob a área de atuação da Procuradoria da República em Goiás (clique aqui e veja o modelo de ofício aos Municípios).

Íntegra da Nota Técnica nº1/2021.

Ministério Público Federal em Goiás

Site: <https://www.estrelaguianews.com.br/mpf-compartilha-nota-tecnica-sobre-assistencia-integral-a-pacientes-de-covid-19/>
